

Nota curricular

Identificação — Belmira Maria da Silva Rodrigues.

Data de nascimento — nasceu em 23 de Setembro de 1971, no Estoril.

Formação académica — licenciada em Psicologia Social e das Organizações pelo Instituto Superior de Psicologia Aplicada — ISPA e pós-graduada em Administração e Políticas Públicas pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa — ISCTE. Actualmente, está a elaborar a tese de mestrado.

Experiência profissional:

Desde Dezembro de 2005, desempenha funções como chefe de divisão da Formação e Investigação na Direcção-Geral da Saúde (DGS), assumindo atribuições ao nível da coordenação interna dos estágios de formação, gestão do plano de formação interno e da formação da DGS dirigida aos profissionais de saúde no âmbito do Plano Nacional de Saúde;

Participou na elaboração da proposta da saúde ao nível dos trabalhos preparatórios do novo quadro comunitário de apoio — QREN;

Apoiou tecnicamente a elaboração e desenvolvimento de projectos na área da formação e investigação em saúde, de diversos organismos da sociedade civil, nomeadamente universidades, IPSS e sociedades científicas;

Ponto Focal do Programa Comunitário de Saúde Pública, sendo responsável pela sua promoção, a nível nacional, e pelo apoio à elaboração de candidaturas realizadas por outros organismos da Administração Pública e por instituições privadas sem fins lucrativos, designadamente IPSS, ONG, associações de doentes, etc.;

Colaboração na definição dos regulamentos específicos para o sistema de atribuição de apoios financeiros, pelo Ministério da Saúde, a entidades colectivas privadas sem fins lucrativos;

Participação no grupo de trabalho responsável pela concepção e implementação da plataforma contra a obesidade, designadamente ao nível da gestão, articulação dos vários interlocutores e entidades da sociedade civil com participação activa na sua execução;

Redactora da monografia *Health in Portugal*, preparada no âmbito da presidência portuguesa da União Europeia;

De Abril a Dezembro de 2005, desempenhou funções como técnica na Divisão de Formação e Investigação da DGS, tendo exercido atribuições ao nível da coordenação pedagógica da formação;

Apoiou a elaboração e desenvolvimento de projectos de investigação no domínio da saúde, especificamente nas áreas da investigação em saúde pública, no domínio da prevenção e controlo da gripe;

Foi responsável pela concepção de alguns projectos estratégicos na área da formação, tendo sido de sua iniciativa a elaboração de uma candidatura para a realização de um levantamento de necessidades de formação por programa nacional de saúde, tendo por base o modelo do Reino Unido;

Enquanto técnica participou, como representante da DGS, em grupos de trabalho e comissões de avaliação da formação desenvolvida no sector da saúde;

De Novembro de 1999 a Abril de 2005, desempenhou funções de avaliação da qualidade dos projectos de formação desenvolvidos a nível nacional, no Sistema de Acreditação de Entidades Formadoras, do Instituto para a Qualidade na Formação — IQF;

Enquanto técnica da acreditação realizou auditorias técnico-pedagógicas às entidades formadoras;

Contribuiu para a concepção da Norma de Qualidade do Sistema de Acreditação;

Representou o IQF em alguns eventos ligados à área da formação;

De Janeiro de 1996 a Novembro de 1999, foi consultora de várias empresas privadas na área dos recursos humanos e formação, tendo desempenhado actividades nos vários domínios do ciclo de formação: participação em estudos de diagnóstico de necessidades de formação; em estudos de avaliação, e desempenho de funções como formadora;

Tem experiência como oradora em seminários e como formadora;

Detém conhecimentos da oferta formativa, a nível nacional, bem como dos vários sistemas e subsistemas de formação e, ainda, dos sistemas e linhas de financiamento à formação e investigação na saúde, disponíveis para as entidades públicas e privadas.

Despacho n.º 14 538/2007

No quadro das orientações definidas pelo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), veio o Decreto-Lei n.º 212/2006, de 27 de Outubro, determinar a reorganização dos serviços centrais do Ministério da Saúde que integram a respectiva estrutura.

O modelo organizativo adoptado para a Direcção-Geral da Saúde veio a ser aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 66/2007, de 29 de Maio, que definiu a respectiva missão, especificou as inerentes atribuições e o tipo de organização interna, assente num modelo estrutural misto.

Através da Portaria n.º 644/2007, de 30 de Maio, foi estabelecida a estrutura nuclear da nova Direcção-Geral da Saúde, sendo definidas as competências das respectivas unidades orgânicas.

O número máximo de unidades orgânicas flexíveis e a dotação máxima de chefes de equipas multidisciplinares da mesma Direcção-Geral da Saúde foi alvo de fixação através da Portaria n.º 660/2007, de 30 de Maio.

Pelo meu despacho n.º 11 518-A/2007, de 11 de Junho, proferido ao abrigo dos n.ºs 5 e 8 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, foram criadas as unidades orgânicas flexíveis que integram a estrutura da Direcção-Geral da Saúde, bem como as equipas multidisciplinares.

Assim, e considerando que na sequência desta reestruturação cessam as situações dos titulares de cargos dirigentes sendo, portanto, necessário proceder à nomeação de novos titulares dos cargos de direcção intermédia de 2.º grau para as unidades flexíveis agora criadas, a fim de garantir o normal funcionamento das mesmas;

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, estabelece no n.º 1 do artigo 27.º que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição nos casos de vacatura do lugar:

Nomeio, em regime de substituição, a enfermeira graduada do quadro do Hospital de São Bernardo mestre Anabela Pereira Coelho Candeias no cargo de chefe de divisão de Gestão Integrada da Doença, dado ser detentora de aptidão e competência técnica para o exercício de tais funções, como decorre da nota curricular anexa ao presente despacho.

A presente nomeação produz efeitos a 11 de Junho de 2007.

11 de Junho de 2007. — O Director-Geral, *Francisco George*.

Nota curricular

Identificação — Anabela Pereira Coelho Candeias, nascida em 10 de Março de 1974, natural de Setúbal.

Habilitações académicas — licenciada em Enfermagem pela Escola Superior de Enfermagem Calouste Gulbenkian e Escola Superior de Enfermagem Francisco Gentil de Lisboa; obteve o grau de académico de mestre em Saúde Pública, pela Escola Nacional de Saúde Pública, com a classificação de *Muito bom*, por unanimidade; é doutoranda no doutoramento em Enfermagem da Universidade Católica Portuguesa.

Habilitações académicas específicas — curso superior em Gestão de Recursos Humanos da Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal.

Carreira profissional:

Ingressou na carreira de enfermagem em 1997, no Hospital de São Bernardo, em Setúbal;

Em 2000 assume funções de assessoria na gestão de serviço e cuidados de enfermagem no serviço de especialidades cirúrgicas;

Em 2002 é convidada para assistente da Escola Superior de Enfermagem Calouste Gulbenkian de Lisboa, onde permaneceu até o final de 2005 como equiparada a assistente do 2.º triénio;

Em 2006 assume funções de chefe de divisão da Qualidade na Direcção-Geral da Saúde.

Actividade profissional mais relevante:

Na Direcção-Geral da Saúde colaborou com a estrutura de coordenação responsável pela elaboração do Plano Nacional de Saúde 2004-2010 do Ministério da Saúde, integrando dois painéis nacionais de peritos na WHO-Portugal Round Table em 2003 e 2006;

Participou a nível local, regional e nacional em vários grupos de trabalho para o estudo, desenvolvimento e execução da política e estratégia em áreas específicas da saúde, para a gestão integrada da doença e para a monitorização de resultados em saúde, assumindo, ainda, a coordenação executiva da elaboração de programas de intervenção em saúde e de projectos de gestão integrada da doença;

Participou, em representação do Ministério da Saúde e da Direcção-Geral da Saúde, em vários grupos de trabalho e reuniões internacionais no âmbito da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Comissão da União Europeia;

No Hospital de São Bernardo, em Setúbal, assumiu a coordenação, implementação e avaliação de alguns projectos de qualidade técnica, assistencial e humana no serviço de especialidades cirúrgicas. Desenvolveu dois estudos de investigação em contexto de trabalho, um sobre a receptividade da triagem de enfermagem dos doentes urgentes e um outro sobre a integração de novos enfermeiros no serviço de urgência. Ainda no mesmo serviço implementa um programa de integração de novos enfermeiros com base do modelo de tutoria;

Na Escola Superior de Enfermagem Calouste Gulbenkian de Lisboa assume funções de assistente no Departamento de Saúde Pública, leccionando nas disciplinas de Gestão e Enfermagem Comunitária.

Integra diferentes comissões e grupos de trabalho internos, destacando-se o de implementação e gestão de um portal institucional. Desenvolveu um estudo de investigação retrospectivo do tipo estudo de caso sobre a relação entre as horas de cuidados de enfermagem e os resultados observados em doentes. Em 2003, em representação da instituição, é convidada a integrar o grupo de trabalho de validação de um protótipo de formação em *e-learning* Gestão da Qualidade Total, como perita;

Na Escola Nacional de Saúde Pública, Universidade Moderna e Instituto de Higiene e Medicina Tropical colaborou como docente convidada em unidades curriculares de saúde pública, gestão do conhecimento e informação, sistemas de saúde, gestão de unidades de saúde e gestão integrada da doença;

Produção e divulgação do saber — participou como prelectora convidada em vários seminários e congressos, colaborou na moderação de mesas de trabalho em congressos nacionais e internacionais, publicou vários artigos técnico-científicos em monografias e revistas nacionais, assim como colaborou na revisão técnica de monografias da OMS.

Despacho n.º 14 539/2007

No quadro das orientações definidas pelo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), veio o Decreto-Lei n.º 212/2006, de 27 de Outubro, determinar a reorganização dos serviços centrais do Ministério da Saúde que integram a respectiva estrutura.

O modelo organizativo adoptado para a Direcção-Geral da Saúde veio a ser aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 66/2007, de 29 de Maio, que definiu a respectiva missão, especificou as inerentes atribuições e o tipo de organização interna, assente num modelo estrutural misto.

Através da Portaria n.º 644/2007, de 30 de Maio, foi estabelecida a estrutura nuclear da nova Direcção-Geral da Saúde, sendo definidas as competências das respectivas unidades orgânicas.

O número máximo de unidades orgânicas flexíveis e a dotação máxima de chefes de equipas multidisciplinares da mesma Direcção-Geral da Saúde foi alvo de fixação através da Portaria n.º 660/2007, de 30 de Maio.

Pelo meu despacho n.º 11 518-A/2007, de 11 de Junho, proferido ao abrigo dos n.ºs 5 e 8 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, foram criadas as unidades orgânicas flexíveis que integram a estrutura da Direcção-Geral da Saúde, bem como as equipas multidisciplinares.

Assim, e considerando que na sequência desta reestruturação cessam as situações dos titulares de cargos dirigentes sendo, portanto, necessário proceder à nomeação de novos titulares dos cargos de direcção intermédia de 2.º grau para as unidades flexíveis agora criadas, a fim de garantir o normal funcionamento das mesmas;

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, estabelece no n.º 1 do artigo 27.º que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição nos casos de vacatura do lugar:

Nomeio, em regime de substituição, o assistente da carreira técnica superior de saúde do quadro da Direcção-Geral da Saúde licenciado Paulo Feliciano de Vilhena Diegues no cargo de chefe de divisão de Saúde Ambiental, dado ser detentor de aptidão e competência técnica para o exercício de tais funções, como decorre da nota curricular anexa ao presente despacho.

A presente nomeação produz efeitos a 11 de Junho de 2007.

11 de Junho de 2007. — O Director-Geral, *Francisco George*.

Nota curricular

Identificação:

Nome — Paulo Feliciano de Vilhena Diegues;
Data de nascimento — 24 de Fevereiro de 1961.

Formação académica — 1980-1985 — Universidade de Aveiro — licenciatura em Engenharia do Ambiente — ramo Poluição.
Formação complementar:

1987 — curso de impacte ambiental — INAG;

1989 — curso de Gestão de Recursos Naturais — IST;

1993 — pós-graduação em Engenharia Sanitária — Universidade Nova de Lisboa;

2003 — especialista da Ordem dos Engenheiros em engenharia sanitária;

2006 — curso Legionnaires Disease: Investigation Outbreak and Incidents of Risk Assessment, Sampling and Control — Health Protection Agency — UK.

Experiência profissional:

1986 — responsável da ETAR da empresa Extrusal Aveiro; caracterização do efluente e optimização do funcionamento da estação de tratamento de águas residuais; Divisão de Química e Poluição do Instituto Hidrográfico, Núcleo de Clássico e Nutrientes, participando na monitorização da qualidade da água; Aveiro POLAVEIRO; Faro POLVARO;

1989-1990 — Câmara Municipal de Torres Vedras — Departamento de Ambiente — pareceres na área do tratamento de suiniculturas e instalações pecuárias; estudos de impacte ambiental e implementação da Bandeira Azul, participação no Coast Watch;

1990-1992 — empresa LUSAGUA, S. A. — participação em projectos de exploração de várias ETAR, sendo responsável de algumas explorações;

ETAR de Alcanena, Rio Maior, Maia, Coimbra, etc.; estágio na AQUGEST Águas de Barcelona, Alicante;

1993 — Ministério da Saúde — Divisão de Engenharia Sanitária contribuição na elaboração do plano para renovação dos laboratórios da saúde pública e no levantamento das necessidades, caracterização, produção e tratamento de resíduos sólidos hospitalares;

1994-2001 — Serviços Municipalizados de Setúbal — responsável da Divisão de Exploração e Manutenção — abrangendo o controlo de qualidade da água distribuída e águas residuais, assim como a exploração das captações, reservatórios, estações elevatórias, ou seja, a produção; responsável da exploração de toda a rede de esgotos e tratamentos de águas residuais;

2001-2007 — Direcção-Geral da Saúde — Divisão de Saúde Ambiental;

Núcleo de Ar — solos, resíduos e ambiente construído, desenvolvendo trabalhos na área da doença dos legionários, águas residuais hospitalares, termas, plano ambiental para as suiniculturas, corrosão dos materiais e autorizações prévias, resíduos sólidos urbanos, industriais e perigosos e resíduos hospitalares; águas minerais naturais, águas de nascente e água para consumo humano.

Despacho n.º 14 540/2007

No quadro das orientações definidas pelo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), veio o Decreto-Lei n.º 212/2006, de 27 de Outubro, determinar a reorganização dos serviços centrais do Ministério da Saúde que integram a respectiva estrutura.

O modelo organizativo adoptado para a Direcção-Geral da Saúde veio a ser aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 66/2007, de 29 de Maio, que definiu a respectiva missão, especificou as inerentes atribuições e o tipo de organização interna, assente num modelo estrutural misto.

Através da Portaria n.º 644/2007, de 30 de Maio, foi estabelecida a estrutura nuclear da nova Direcção-Geral da Saúde, sendo definidas as competências das respectivas unidades orgânicas.

O número máximo de unidades orgânicas flexíveis e a dotação máxima de chefes de equipas multidisciplinares da mesma Direcção-Geral da Saúde foi alvo de fixação através da Portaria n.º 660/2007, de 30 de Maio.

Pelo meu despacho n.º 11 518-A/2007, de 11 de Junho, proferido ao abrigo dos n.ºs 5 e 8 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, foram criadas as unidades orgânicas flexíveis que integram a estrutura da Direcção-Geral da Saúde, bem como as equipas multidisciplinares.

Assim e considerando que na sequência desta reestruturação cessam as situações dos titulares de cargos dirigentes sendo, portanto, necessário proceder à nomeação de novos titulares dos cargos de direcção intermédia de 2.º grau para as unidades flexíveis agora criadas, a fim de garantir o normal funcionamento das mesmas;

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, estabelece no n.º 1 do artigo 27.º que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição nos casos de vacatura do lugar:

Nomeio, em regime de substituição, o assistente graduado da carreira médica de saúde pública do quadro do Centro de Saúde do Lumiar licenciado Carlos Orta Gomes no cargo de chefe de divisão de Epidemiologia, dado ser detentor de aptidão e competência técnica para o exercício de tais funções, como decorre da nota curricular anexa ao presente despacho.

A presente nomeação produz efeitos a 11 de Junho de 2007, ficando o nomeado autorizado a optar pelo vencimento da sua categoria de origem, nos termos do n.º 3 da lei citada.

11 de Junho de 2007. — O Director-Geral, *Francisco George*.